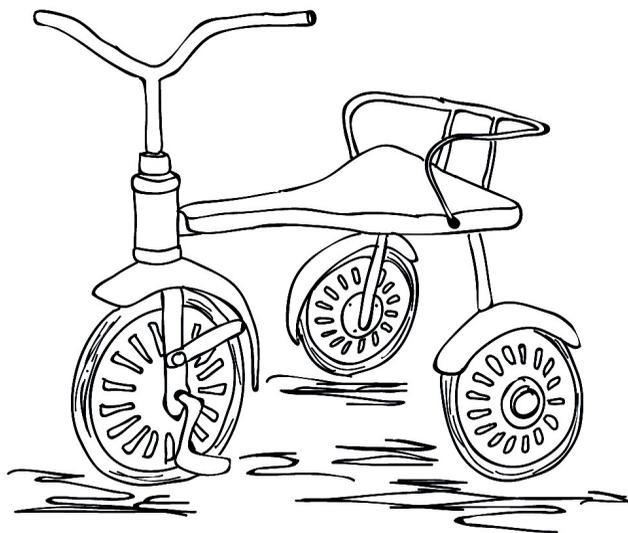


Tão inútil quanto a felicidade

Daniel Durante



FUZZUE



Para que servem o bem, a beleza, o amor? Para que serve a felicidade? Para nada. Para absolutamente nada. A filosofia é tão imprestável quanto as melhores coisas da vida, tão inútil quanto a felicidade, ou uma brincadeira de criança, ou um rabisco na areia deixado por alguém que passou raspando um graveto no chão sem olhar para trás. O impulso que nos move até ela é o mesmo que empurra o alpinista mais um passo para cima, ou os namorados mais um centímetro para perto, ou as crianças para mais um salto na corda. Este pequeno livro não é um tratado de filosofia, mas apenas um convite à alegria de pensar e especular sobre o mundo a nossa volta. Seu autor é um filósofo que não só acha inútil a filosofia, como além disso está aqui em suas horas vagas, divertindo-se com temas sérios, e convidando você a divertir-se também com reflexões filosóficas imprestáveis, porque a utilidade só é valor para o que não se basta.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93648-00-7



9 788593 648007

 **creative
commons**



Tão inútil quanto a felicidade

Daniel Durante

Tão inútil quanto a felicidade
reflexões filosóficas imprestáveis

FUZZUE

direção editorial e capa: *Paula Vanina*

*Este livro está sob os direitos da Creative Commons,
segundo a licença CC BY-SA 4.0*

https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DURANTE, Daniel.

Tão inútil quanto a felicidade: reflexões filosóficas imprestáveis.
[recurso eletrônico] / Daniel Durante Pereira Alves. - Natal, RN:
FUZZUE, 2017.

68 p.

ISBN: 978-85-93648-00-7

Disponível em: <http://danieldurante.weebly.com>

1. Filosofia. I. Título.

CDD- 100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

*Ao meu pai, João, com quem
aprendi a pensar em coisas inúteis*

Prefiro as máquinas que servem para não funcionar:
quando cheias de areia de formiga e musgo - elas
podem um dia milagrar de flores.

(Os objetos sem função têm muito apego pelo abandono.)

Também as latrinas desprezadas que servem para ter
grilos dentro - elas podem um dia milagrar violetas.

(Eu sou beato em violetas.)

Todas as coisas apropriadas ao abandono me religam a
Deus.

Senhor, eu tenho orgulho do imprestável!

(O abandono me protege.)

Manoel de Barros,
Livro sobre nada

Apresentação

Em 2013, durante um estágio pós-doutoral de um ano que fiz na universidade de Lisboa, dispondo de algum tempo livre para organizar meus “papéis” de trabalho, criei pela primeira vez uma página pessoal e profissional na internet (<http://danieldurante.weebly.com>). Ali tenho colocado alguns textos acadêmicos, notas de aula, slides de conferências, dissertações orientadas, links para disciplinas, informações gerais para estudantes de filosofia, entre outras coisas. Iniciei também ali um blog, o *Blog do Inútil*, com o objetivo de simplesmente exercitar a especulação filosófica, livre dos compromissos e da responsabilidade que as tarefas mais “profissionais” exigem.

Este livro é uma compilação de textos postados no Blog do Inútil entre agosto de 2013 e março de 2017. Eu os escrevi como um convite ao filosofar que, espero, seja acessível a todos que se interessam pelas perguntas propostas em seus títulos, tais como - *Para que serve a filosofia? É possível nos enganarmos sobre se somos felizes ou não? Quem nasceu primeiro, os direitos ou os deveres? O que é a morte?* - As respostas e reflexões que proponho não são o produto acabado de nenhuma pesquisa acadêmica, mas apenas especulações racionais bastante livres e descompromissadas que, apesar de representarem o que de fato penso filosoficamente sobre cada um dos assuntos tratados, não fazem parte, em sua maioria, de minhas especialidades profissionais, restritas principalmente à filosofia da lógica e suas cercanias.

Costumo aconselhar os estudantes que vão escrever

teses ou monografias a imaginar dois leitores para seus textos. O primeiro deles é um menino ou menina, de uns 12 anos, bastante esperto e curioso, mas sem qualquer conhecimento prévio sobre o tema do texto ou qualquer outro assunto mais sofisticado. Peço aos estudantes que escrevam seus textos imaginando este menino como leitor. O texto tem que ser claro o suficiente para o menino entendê-lo. Quando eles terminam e consideram os textos prontos, peço então que retirem o menino da sala e imaginem como segundo leitor um inimigo. O pior inimigo que eles conseguirem. Ao contrário do menino, este inimigo é um especialista. Sabe muito tanto sobre o tema do texto quanto sobre os mais variados assuntos. E usará todo seu vasto conhecimento para aproveitar qualquer oportunidade que tiver para criticar e atacar o texto. Peço, então, que os estudantes corrijam, complementem e reescrevam seus textos tendo em vista este inimigo como leitor. O texto tem que ser argumentado e embasado o suficiente para o inimigo não conseguir criticá-lo. Esta estratégia, obviamente, não garante sozinha que o texto ficará bom, mas quando aplicada com compromisso, ela garante que o texto será o melhor que o estudante consegue produzir com os conhecimentos que tem.

Bem, o que posso dizer sobre os textos que vocês vão ler aqui é que eu não segui estes meus conselhos. Tentei, quase sempre sem sucesso, apenas escrever para o menino. Boa leitura!

Sumário

(com links)

1. <i>Para que serve a filosofia?</i>	10
2. <i>Qual é o contrário da filosofia?</i>	11
3. <i>É possível não haver filosofia?</i>	12
4. <i>Pode a filosofia errar?</i>	13
5. <i>É possível nos enganarmos sobre se somos felizes ou não?</i>	15
6. <i>E quanto a Deus? Ele existe?</i>	18
7. <i>O que é a morte?</i>	19
8. <i>Por que a ciência não resolve os nossos problemas?</i>	22
9. <i>Quem nasceu primeiro, os deveres ou os direitos?</i>	24
10. <i>Por que as revoluções científicas não destroem os objetos técnicos?</i>	30
11. <i>Momento de apreensão no Brasil...</i>	32
12. <i>O argumento ontológico prova mesmo a existência de Deus?</i>	34
13. <i>Quais privilégios alguém merece apenas por ser o “dono da bola”?</i>	40
14. <i>Que lições levar de 2016?</i>	56
15. <i>Qual a diferença entre ser e significar?</i>	58

1. Para que serve a filosofia?

Para nada. A filosofia é absolutamente e completamente inútil e imprestável. Muitas vezes já me perguntaram sobre a utilidade da filosofia. Minha resposta é sempre a mesma. A filosofia é inútil. Não serve para nada. Mas ao ser inútil, ao não servir para nada, a filosofia está em muito boa companhia. Pense um pouco. Para que serve a beleza? Para que serve o bem? Para que servem a paz, a alegria, o amor... *para que serve a felicidade?* Estas coisas não servem para nada. Elas são o fim, a meta de todas as outras coisas que servem, que têm utilidade. Estas coisas, como a filosofia, são inúteis, imprestáveis. Elas não servem, são servidas.

O poeta Manoel de Barros escreveu muito sobre "ter orgulho do imprestável". Eu tenho orgulho da filosofia justamente porque ela é tão imprestável quanto a felicidade!

2. Qual é o contrário da filosofia?

Se a filosofia é tão inútil quanto a felicidade, o bem, o belo e o amor, então a filosofia deve ter um contrário, afinal, cada um destes imprestáveis tem o seu contrário, que ao invés de nos deleitarem nos assombra: a infelicidade, o mal, o feio e o ódio. Qual então é o contrário da filosofia? Seria a ignorância? Se fosse assim, então filosofia seria conhecimento. Mas eu não acho que filosofia é conhecimento, pelo menos não do tipo que os cientistas pesquisam ou os professores ensinam. Este tipo de conhecimento, diferente da filosofia, é útil, ligado a algum interesse, sempre serve pra alguma coisa. Se filosofia é conhecimento, ela é conhecimento inútil, desinteressado, imprestável, mais próximo daquelas coisas que acabamos por conhecer por passar muitas vezes pelo mesmo caminho, ou por olhar bastante para algo que gostamos. A filosofia seria então um tipo de atividade de cultivo deste conhecimento inútil. Como a arte, que em grande parte é um tipo de atividade de cultivo do belo.

Mas voltando à nossa pergunta, qual seria, então, o contrário da filosofia? Qual é o contrário de cultivar conhecimento desinteressado? Algo, não exato, mas que se aproxima bastante é: destruir ou esconder conhecimento interesseiramente. E isto tem um nome: o *contrário da filosofia é ideologia*.

⟨sumário⟩

3. É possível não haver filosofia?

Obviamente é possível imaginar que todo o nosso acervo filosófico possa ser perdido. Todos os livros destruídos, arquivos deletados e memórias esquecidas. Mas será que esta triste circunstância acabaria de uma vez por todas com a filosofia? Novamente, uma analogia com a arte nos ajuda a pensar. O que você acha que aconteceria se todos os vestígios de toda nossa criação artística simplesmente sumissem da noite para o dia? Todos os quadros, CDs, reproduções, arquivos MP3, livros, fotografias, filmes... sejamos radicais e façamos desaparecer também todas as nossas memórias artísticas. Livros que lemos, poemas, melodias, esculturas, espetáculos... tudo esquecido. Será que a arte desapareceria junto? Eu não acredito. Da mesma forma que a arte não se esgota no conjunto de seus produtos, o mesmo se dá com a filosofia. A filosofia, tanto quanto a arte, está em nós. E não em nossas memórias, mas em nossas possibilidades, naquilo que nos caracteriza como o que somos. A humanidade é artística, tanto quanto é filosófica. Enquanto existirmos seremos atraídos pelo belo e pela especulação racional desinteressada. Então, se tudo fosse perdido, inclusive nossas memórias, simplesmente começaríamos de novo. Só não haverá mais filosofia quando não houver mais nenhum de nós!

OK, mas quer você concorde comigo ou não, há uma pergunta muito importante sobre o que acabei de afirmar: como é que eu sei disso? Ah... bem... deixo esta para outro momento!

<sumário>

4. Pode a filosofia errar?

É claro que todos nós podemos errar. Se você está conseguindo ler estas palavras, você, além de português, deve ter estudado alguma matemática e certamente já errou em algum cálculo. Nós muitas vezes erramos quando fazemos matemática, filosofia, ou mesmo arte, afinal, nem sempre atingimos a nota almejada ou a cor adequada. Mas a própria matemática, ou a própria filosofia, ou a própria arte, poderiam, mesmo se efetuadas competentemente, nos levar ao erro? O que são, afinal de contas, erro e acerto? Pergunto isso por causa das palavras finais do texto anterior, onde, filosofando, afirmei que “*só não haverá mais filosofia quando não houver mais nenhum de nós*”. Como podemos saber se o que disse está certo ou errado? Ou, o que é quase a mesma coisa, de onde tiramos estas informações? Sabemos se está chovendo ou não, olhando pela janela. Sabemos que $2+2=4$, olhando para nossos dedos. Sabemos que o verde não é uma cor primária, porque conseguimos produzir o verde misturando azul com amarelo. Mas há coisas que nós supomos saber mesmo sem ter um modo tão direto como estes de verificar se estamos certos ou errados. Os matemáticos, por exemplo, dizem que existem infinitos números. Não temos tantos dedos assim para saber disso. Os cientistas dizem que ninguém pode viver 150 anos, mas a única certeza que temos é que até hoje não temos notícia de ninguém que tenha vivido 150 anos ou mais. Não seria possível que um de nós, que ainda estamos vivos, seja uma

exceção a esta regra? Há sempre uma porção de crença em quase tudo o que supomos saber. Com a filosofia não é diferente. A grande vantagem da filosofia é que ela explicitamente aceita e estimula a divergência. Não há uma afirmação filosófica sequer sobre a qual haja consenso. Tudo o que um filósofo pode dizer é questionável e deve ser questionado. Isso porque a filosofia lida com questões cujas respostas sempre envolverão algum tipo de escolha, de engajamento. Por isso, questionar, discordar, argumentar e fundamentalmente buscar justificativas racionais para nossas escolhas são o que caracteriza o método da filosofia. Então, minha resposta para a pergunta do título é: SIM. A filosofia pode errar e erra muito. O que eu ainda não descobri é se a filosofia pode, de vez em quando, acertar!

<sumário>

5. É possível nos enganarmos sobre se somos felizes ou não?

Eu sei que muitas vezes julgamos mal o que nos fará felizes ou não. Por exemplo, suponha que eu ganhe um bom dinheiro em um sorteio e na dúvida entre gastá-lo passando férias na Europa ou comprando um carro novo, eu decida pelo carro. Aí, depois de um mês, eu percebo que a única felicidade que o carro me traz é que, sozinho, ao seu volante e preso ao trânsito, passo horas e horas sonhando com a Europa. Neste caso, eu apenas decidi errado sobre o que me faria mais feliz. Mas minha pergunta é outra. Minha pergunta é sobre se é ou não é possível eu ser feliz sem ter ciência de minha própria felicidade, ou ser miseravelmente infeliz e, ao mesmo tempo, acreditar, sentir que sou feliz.

Imagine a seguinte situação: Bento e Capitu conheceram-se, noivaram e casaram. Eles sempre se deram bem, viveram uma vida calma, repleta de realizações pessoais e profissionais, com saúde e estabilidade econômica. Nunca brigaram. Mesmo com o temperamento um tanto controlador de Bento, comum para os homens de sua geração, ele nunca percebeu qualquer motivo para sequer sentir ciúmes de Capitu. Depois de mais de 55 anos de casados, Capitu morre dormindo, sem sofrimentos. Alguns dias depois, ainda um pouco abalado, mas já resignado, afinal eles tiveram muitos anos muito bons, Bento encontra um baú repleto de cartas que revelam que Capitu, durante mais

de 55 anos, manteve um caso extraconjugal com Escobar, o melhor amigo de Bento. As cartas revelam detalhes íntimos dos amantes, e também que todo o amor e afeição que Bento sinceramente julgava receber tanto de sua esposa Capitu quanto de seu amigo Escobar eram apenas uma fria estratégia de ambos para que continuassem próximos um do outro e mantivessem o caso ativo. O golpe foi tão duro que o coração de Bento não aguentou. Ele morreu naquele mesmo dia, não muitas horas após a descoberta dos fatos.

Pensemos um pouco na situação de Bento. Ele viveu 80 anos realizando, tendo a sensação da mais serena felicidade. Afinal, o que Bento mais valorizava na vida e nutria sua sensação de felicidade era o amor de sua esposa e a estima de seu amigo. No último dia de sua vida, porém, ele obtém notícias que o informam de que as bases segundo as quais ele se julgava feliz eram incorretas. Ele soube que sua esposa nunca o amou e seu amigo nunca o estimou. Durante toda sua vida ele foi enganado. Diante destas novas informações, todos os momentos de sua vida que ele julgava terem sido momentos felizes, perderam o caráter de felicidade. O amor de sua esposa e a afeição de seu amigo, que por anos nutriram seu bem-estar, não eram amor nem afeição, mas apenas comportamento interessado e calculado. Bento viveu 80 anos tendo a sensação de ser feliz e algumas horas sentindo-se o mais infeliz dos mortais. Bem, acho que você já sabe qual é a pergunta que vou fazer agora. Esta é a pergunta mais difícil sobre a qual eu já pensei. E não consigo imaginar nenhuma outra mais difícil do que esta. A pergunta é: Afinal, Bento teve ou não uma vida feliz? Eu tenho uma resposta para esta pergunta, mas não vou dizê-la porque eu ainda não sei justificá-la. Minha resposta não é, por isso, filosófica, é apenas o que eu acho.

Mas o que eu acho sobre a felicidade de Bento pouco importa. O importante é o que você acha. Ele foi feliz ou não? Por que?

<sumário>

6. E quanto a Deus? Ele existe?

Minha resposta mais honesta a esta pergunta é: não sei. Não sou crente nem ateu porque simplesmente não sei se Deus existe. Há momentos em que me parece óbvio que tudo isto à nossa volta não faz nenhum sentido por si só, que toda nossa capacidade de perceber e raciocinar encerra-se em um ponto de vista particular, parcial e irremediavelmente incompleto. Deve haver algo mais, algo além, algo inatingível. Nestes momentos sou quase crente. Mas este mesmo impulso de reconhecimento de nossa parcialidade e falibilidade também me afasta das religiões. Afinal, as religiões procuram exatamente preencher esta lacuna, completar isto que não se completa. E quando vejo suas respostas, suas regras, suas visões de Deus, da vida, de tudo o que nos rodeia, também as considero parciais, limitadas e incompletas. Não consigo acreditar no que elas dizem e, nestes momentos, sou quase ateu.

<sumário>

7. O que é a morte?

Recebi estes dias a notícia de que um amigo, colega de trabalho, está gravemente doente e se vê diante da situação de encarar a iminência da própria morte. Difícil e inevitável situação que se impõe a todos nós. Para alguns, para ele, agora, de modo mais palpável e doloroso do que para o resto de nós. Mas a iminência de nossa própria morte está aí. A nossa frente. Em nosso caminho. Qualquer um com mais de 18 anos já iniciou seu declínio biológico. Lento no início, mas já declínio. Decair, então, é a condição básica de nossa existência adulta, e a morte é o ponto final inevitável deste declínio. Sabemos disso, mas há algo em nós que simplesmente nos impossibilita de conceber a nossa própria morte.

Quando penso abstratamente sobre a morte e a ela relaciono seu contrário, o nascimento, e observo o que a combinação destes dois fenômenos (nascimento-morte) proporciona para a vida, eu entendo, aceito e vejo toda a beleza da morte. Eu a compreendo ao lhe dar uma função que transcende a minha própria existência e a relaciona com a vida em sua totalidade. Nascimento e morte são o que distingue a existência enquanto vida, ativa e autônoma, da existência inanimada, passiva, de mera disponibilidade a forças inexoráveis, que caracteriza os seres inertes. Se vida é atividade, é ação, é resistência ao inexorável, é mudança, é autonomia, então a morte é o que garante esta renovação, adaptação, movimento. Não há nascimento sem morte. Eles

até se confundem às vezes, como na reprodução assexuada de seres unicelulares. O exato momento do nascimento das células filhas é o exato momento da morte da célula mãe. Não haveria renovação sem morte e nascimento. Mas não há chegada sem partida. E o novo chega, o novo modifica, o novo altera, adapta e conquista posições antes inatingíveis. O novo também nos inspira cultivo, cuidados, carinho. E quando chega o momento, cedemos nosso lugar ao novo. Abrimo-lhe passagem. Nos retiramos. Não é isso a morte? Não há dúvida de que qualquer um que reconheça beleza na vida, reconhecerá também beleza na morte.

Mas esta compreensão e beleza são direcionadas apenas à morte intransitiva, abstrata, sem objeto, pura forma. A morte instanciada, exemplificada, com objeto e substância, esta dói. Dói tanto que a nossa própria morte é simplesmente inconcebível a nós mesmos. Quando penso no que nos faz sofrer vejo que qualquer sofrimento se liga a uma restrição. E qual restrição maior do que a restrição de ser? A morte em primeira pessoa é o puro sofrimento, a máxima restrição, inconcebível. Apenas dor.

Mesmo que meu próprio declínio adulto seja meu companheiro já há muitos anos, eu só consigo imaginar a dor de meu amigo nestes difíceis momentos. Mas o que posso lhe oferecer? Qual é o cuidado e o carinho que poderiam amenizar a dor em sua fonte mais pura? Bem, em primeiro lugar eu torço com força por você, meu amigo, e sua luta, e lhe envio meus melhores pensamentos e sentimentos! Força! Juntamente com o desejo e a esperança de que ela não venha, o máximo que posso lhe dar, e lhe dou de todo coração, é a imagem da beleza da morte intransitiva.

Sendo você, meu amigo, um professor, um dos

melhores que tive a sorte de conhecer, você vem cultivando e cuidando do novo com carinho e destreza. É isto já coloca sua vida no melhor lugar em que ela poderia estar! Sua vida tem, como a de poucos, propiciado florescimento da vida! Bravo!

<sumário>

8. Por que a ciência não resolve nossos problemas?

A ciência nos ajuda a encontrar cura para doenças, a erradicar pragas, a construir máquinas maravilhosas, que nos fazem voar, nos levaram à Lua, que nos colocam em contato comunicativo instantâneo com qualquer outra pessoa em qualquer lugar do mundo, através de textos, sons e imagens. A ciência nos informa sobre as origens e desenvolvimento do universo, de nosso planeta, da vida, de nossa constituição biológica e psicológica, nos ajuda a explicar o comportamento do mundo material e até a entender o funcionamento de nossos próprios corpos e mentes. Quando pensamos sobre todas as maravilhas fantásticas que a ciência nos ajudou a conquistar, em tudo o que sabemos e conseguimos fazer por causa dela, quando comparamos nosso entendimento e atuação no mundo com o que tínhamos há algumas centenas de anos, fica muito difícil de entender por que todo este desenvolvimento não nos ajudou a resolver nossos principais problemas. Diferentemente do que sonhou o filósofo Francis Bacon em sua utopia da Nova Atlântida, o desenvolvimento científico não nos levou a um mundo de perfeição, harmonia e bem-estar generalizado. Mesmo com tudo o que passamos a saber através da ciência, com toda a ampliação de nossa capacidade de atuação no mundo que a tecnologia científica nos deu, não temos sido capazes de resolver os principais problemas que sempre assolaram a humanidade.

E mais ainda, a mesma ciência que nos ajudou a domesticar a energia nuclear, também nos ajudou a produzir armas capazes de destruir completamente o nosso planeta, muitas vezes até. Os mesmos avanços científicos que desvendam o código genético de nossa espécie, simultaneamente e de modo inextricável, também produzem a possibilidade de segregação e controle do indivíduo através da informação genética. A mesma ciência que compreende cada vez mais a fundo a natureza, contribui para a devastação ambiental do planeta. A mesma ciência que nos ajuda a produzir riqueza, bem-estar e poder, também contribui para a manutenção das desigualdades sociais, propiciando novas formas de controle, dominação e segregação. Mesmo com todo o desenvolvimento científico que conquistamos, vivemos em um mundo onde fome, miséria, ignorância e violência são problemas tão reais e urgentes quanto o eram há 500 anos. A ciência não resolve nossos principais problemas. Por que?

Hoje não quero tentar responder nada, mas apenas deixá-lo pensando na pergunta.

<sumário>

9. Quem nasceu primeiro, os deveres ou os direitos?

Dia desses caiu em minhas mãos o “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia”, de Luiz Pondé. Desde seu lançamento tenho visto com curiosidade este livro nas prateleiras de livrarias e nas mãos de algumas pessoas. O título é excelente. Passa a ideia de que um especialista vai enfim nos falar com franqueza algumas verdades inconvenientes que só a filosofia pode revelar, mas que ninguém tem a coragem de admitir. Eu estava com a curiosidade aguçada, afinal, acho que muita gente, como eu, tem um pouco de preguiça do bom-mocismo exagerado que muitas vezes acompanha certos discursos politicamente corretos. Que decepção! Li muito pouco do livro, e cada página que avancei só fez aumentar meu mal-estar com a leitura. Parece que politicamente incorreto, para o autor, é sinônimo de elitismo, preconceitos generalizados, arrogância, acidez gratuita, empáfia, e por aí a fora. Seleccionei alguns poucos trechos do livro para exemplificar o que foi me irritando durante a leitura:

“Se der comida, casa e hospital, o povo faz tudo o que você pedir”.

“Na minha vida já tive a (infeliz) oportunidade de participar de várias reuniões na universidade, seja como aluno, seja como professor, nas quais estavam presentes muitas pessoas ‘preocupadas com o coletivo e a igualdade’, e

nunca vi tamanha concentração de pensamento a serviço de tanta estupidez e nulidade”.

“Rand afirma que a maior parte da humanidade sempre viveu às custas de uma minoria mais capaz e mais inteligente. Antes que algum leitor politicamente correto, com o mau caráter que o caracteriza, tente dizer que isso é 'fascismo', peço que me poupe. Nada há de fascismo em Rand, apenas reconhecimento do óbvio: poucos carregam muitos”.

Eu queria saber quem são estes poucos, coitadinhos, explorados e com as costas cansadas de carregar a maioria burra e preguiçosa. E para onde, aqui no Brasil, a inteligência e os “altos valores” dos poucos virtuosos carregam os muitos burros e viciosos que formam o povo que o autor tanto despreza? Se é para este excelente lugar onde a maioria está, então é para longe, bem longe deles! Como diria minha mãe: ora, faça-me o favor!! Bem, mas ele continua:

“Confiar no povo como regulador da democracia é como confiar nos bons modos de um leão à mesa”.

Veja que reveladora a alegoria que ele utilizou: os bons modos à mesa! Muito importante mesmo para a aristocracia se diferenciar. Deveríamos, então, continuar na alegoria e propor, como critério de admissibilidade para a participação política na democracia, a capacidade de reconhecer e utilizar os diversos talheres e taças de um jantar formal. Quem não souber identificar uma faca para peixe não vota! Fantástico!!

“O povo é sempre opressor, quando aparece politicamente, é para quebrar coisas”.

Eu não vou continuar com esta lista por que não quero te aborrecer mais. Vou, no entanto, comentar uma última passagem, ainda do início do livro, que mostra que além de superficial, elitista, preconceituosa e afetada, a posição geral que Pondé parece defender não resiste aos nossos mais singelos argumentos, daqueles que eu costumo utilizar nas primeiras aulas motivacionais dos cursos de introdução à lógica. Ele afirma:

“A tentativa de definir a democracia como ‘regime de direitos’ é ridícula porque não existem direitos sem deveres, por isso a ideia de que piolhos ou frangos tenham direitos começa a aparecer quando separamos direitos de sua contrapartida anterior, os deveres”.

Vamos com calma. O que significa dizer que “não existem direitos sem deveres”? E o que significa dizer que os deveres são uma “contrapartida anterior” dos direitos? Eu admito que em uma sociedade onde ninguém assuma certos deveres, muitos direitos não terão a possibilidade de serem usufruídos. Por exemplo, a possibilidade de desfrutarmos o direito de viver em uma cidade limpa depende, entre outras coisas, do dever de mantê-la limpa. Se ninguém assumir este dever, ninguém usufruirá daquele direito. No entanto, o dever de manter a cidade limpa não é uma “contrapartida anterior” do direito de viver em uma cidade limpa. Primeiro porque este direito é de todos, mas este dever não. Se eu fosse uma criança de 2 anos continuaria tendo o direito de viver em uma cidade limpa, mas não teria o dever de mantê-la limpa; e segundo, porque a única motivação concebível para o estabelecimento de deveres é a de garantir que os direitos sejam desfrutados. Não faz qualquer sentido assumir algo como dever se não for para garantir que algum direito

anteriormente estabelecido seja desfrutado. A inteligibilidade do conceito de dever depende do conceito de direito. O contrário não ocorre. Os direitos são inteligíveis por si sós. É apenas depois que nós, enquanto sociedade, decidimos que todos têm o direito de viver em cidades limpas, que surge, em decorrência do estabelecimento deste direito, alguns deveres (como o dever de não sujar os espaços públicos) que serão apenas instrumentos garantidores do usufruto do direito estabelecido. Os deveres só passam a existir após o estabelecimento dos direitos. Então os direitos nasceram primeiro e a relação de dependência correta entre direitos e deveres não é, como Pondé afirma, “não existem direitos sem deveres”, mas exatamente seu contrário: não existem deveres sem direitos!

Há argumentos ainda mais fortes para evidenciar este seu equívoco. Os direitos mais importantes são universais, aplicam-se a todos sem exceção, já os deveres sempre admitem exceções. Há, certamente, alguns direitos secundários que não se estendem a todos, não são universais. Por exemplo, as crianças, os cegos, os sem habilitação, os habilitados mas sob o efeito de álcool não têm direito de dirigir automóveis em vias públicas. No entanto, estes direitos seletivos são secundários, meramente instrumentais. Os direitos fundamentais, como o direito à vida, estes são universais. Aplicam-se a todos sem exceção. Quanto aos deveres, não há nenhum dever universal. Há cidadãos, por exemplo, que não têm qualquer dever, apenas direitos. Quais os deveres que um bebê ou alguém com uma desordem psiquiátrica severa, ou alguém em coma têm? Nenhum. Isso pode retirar-lhes alguns direitos secundários, como o direito de dirigir em vias públicas, mas não lhes retira nenhum direito fundamental. Eles usufruem dos mesmos

direitos básicos que todos os outros cidadãos usufruem. Os direitos fundamentais são estabelecidos universalmente, para todos, porque eles são a base da vida social. Não são, portanto, os deveres individuais de cada um que garantem seus direitos individuais. Se assim o fosse os bebês não teriam direitos, uma vez que eles não têm qualquer dever.¹ Os deveres sempre são obrigação apenas daqueles capazes de assumi-los.

Mas quando Pondé sugere que uma certa tendência de atribuir direitos a animais (“frangos e piolhos”, como ele diz) é equivocada porque os direitos não são separados dos deveres, sendo estes “contrapartida anterior” daqueles, ele não nos deixa nenhuma opção a não ser interpretar suas palavras como sugerindo que animais não deveriam ser dignos de direitos porque eles não são capazes de assumir deveres. Mas eu não consigo nem conceber que ele esteja sugerindo isso. Mesmo para alguém que, como ele, está reclamando que uns poucos virtuosos e inteligentes carregam nas costas o resto da massa burra e viciosa, a sugestão de que só é digno de direitos quem for capaz de assumir deveres me parece inconcebível. Ela o levaria para muito além do politicamente incorreto. Este princípio, que parece fundamentar a tese de que os animais não são dignos de direitos, fundamenta também a posição que nega direitos aos bebês e demais seres humanos incapacitados. Mas por mais que eu considere arrogantes, superficiais, elitistas, preconceituosas e afetadas as ideias gerais do autor, e embora suas palavras no livro até o ponto da citação acima não me deixem nenhuma outra opção, eu não consigo nem conceber que ele esteja sugerindo isso. Melhor eu continuar

¹ Vi pela primeira vez este simples e poderoso argumento em uma conferência do Prof. Desidério Murcho, em Natal-RN.

lendo. Li muito pouco do livro e posso estar sendo injusto com o autor. Quando eu acabar a leitura escrevo mais sobre isso, e, quem sabe, corrijo estes meus erros interpretativos.

<sumário>

10. Por que as revoluções científicas não destróem os objetos técnicos?

É inegável que a ciência, através da história, mudou de ideia e retratou-se inúmeras vezes. A terra, outrora centro imóvel do universo, tornou-se pequeno satélite de uma estrela insignificante. Os átomos de hoje, de indivisíveis só têm o nome. A combustão, que já foi liberação de flogisto, tornou-se consumo de oxigênio. No entanto, nenhuma destas revoluções científicas, por mais radical que tenha sido, afetou certos conhecimentos estabelecidos. Já sabíamos, no cosmo de Ptolomeu, prever com bastante exatidão os eclipses do sol e da lua. O novo cosmo copernicano inverteu completamente nossa visão do mundo, mas não abalou este conhecimento. Os instrumentos geocalizadores adequados à astronomia ptolomaica, como o astrolábio, continuaram funcionando, mesmo depois que tiramos a terra do centro do universo. O universo mudou, mas a capacidade que tínhamos de prever eclipses e de nos localizarmos geograficamente através das posições dos astros não se perdeu. Da mesma forma, nossa capacidade de prever o tempo de queda dos objetos manteve-se, quando substituímos os fundamentos do universo mecânico de Newton pelos de Einstein. Consigo conceber a possibilidade de futuras revoluções radicais nas mais diversas áreas, mas não parece possível que as coisas que já sabemos sejam perdidas por causa destas revoluções. Eventuais mudanças na física ou na bioquímica não farão os aviões caírem ou os remédios pararem de fazer efeito. As

revoluções científicas destroem nossas teorias e aspectos fundamentais de nossas concepções do mundo, mas parece que tanto nossa capacidade preditiva quanto nossos conhecimentos tecnológicos são imunes a elas. As revoluções científicas não destroem os objetos técnicos. Por que?

<sumário>

11. Momento de apreensão no Brasil ...

Eu, assim como muitas outras pessoas, estou muito preocupado com a situação política atual do Brasil. Eu não simpatizo com a presidente Dilma. Nunca simpatizei. Votei nela duas vezes, a contragosto, apenas porque a considerava a opção menos pior. Mas eu simpatizo menos ainda com o discurso oportunista da oposição que procura captar as opiniões irrefletidas de uma classe média conservadora que, nos últimos anos, parece irritada porque passou a ter que dividir seus espaços com as classes mais pobres, que lentamente vêm ascendendo e hoje são (apenas um pouco) menos excluídas. Junte-se aí o poder persuasivo das elites e desta classe média para com o restante da população, que de boa fé compra os discursos anticorrupção que lhes são seletivamente apresentados pela grande imprensa. É claro que a corrupção endêmica precisa acabar. Espero que possamos ter pelo menos isto como um legado positivo dos tempos atuais. Mas não sejamos ingênuos. Não há divergência ideológica, incompetência administrativa, fragilidade política, nem mesmo impopularidade que justifiquem um processo de Impeachment. É preciso que tenha havido crime de responsabilidade. O status político do processo de Impeachment não prescinde das justificativas legais que sua aprovação exige. Não podemos pôr em risco os princípios da democracia. Mas ao que tudo indica, parece que a presidente Dilma será impedida de continuar o seu mandato simplesmente por falta de apoio político. Isto é uma

triste arbitrariedade. Ela não é primeira-ministra de um regime parlamentarista. Se o fosse, já teria caído há muito tempo, e com o meu apoio, inclusive. Acontece que ela é a presidente da república de um regime presidencialista. É preciso que respeitemos a democracia. O jogo político não está acima dos valores que fundamentam as nossas instituições. Este processo de impeachment é pura e simplesmente golpe de estado.

<sumário>

12. O argumento ontológico prova mesmo a existência de Deus?

O argumento ontológico, primeiramente apresentado por Anselmo de Cantuária (ou Santo Anselmo, para os católicos) no longínquo ano de 1077, é o melhor argumento que conheço em favor da existência de Deus. Mas será que ele prova mesmo a Sua existência? O argumento baseia-se na ideia de que todos nós, mesmo aqueles que acreditam que Deus não existe, temos, em nosso entendimento, um conceito de Deus. Afinal, mesmo achando um equívoco o que um crente fala sobre Deus, um ateu entende as palavras do crente, entende o que ele está dizendo. O argumento ontológico aponta que este entendimento do conceito de Deus que todos temos, independentemente de nossas crenças, é suficiente para garantir a Sua existência. O argumento baseia-se na aceitação da definição de Deus como "o ser mais perfeito concebível" e também na ideia de que a existência é uma destas "perfeições". Poderíamos então apresentá-lo de um modo bastante direto assim:

(Premissa 1): Deus é o ser mais perfeito concebível.

(Premissa 2): A existência é uma perfeição.

(Conclusão): Deus existe.

Repare que as premissas (1) e (2) são aparentemente aceitáveis mesmo para ateus. Eu não preciso acreditar em

Deus para entender e aceitar a premissa (1) como uma boa definição para Ele. Também não preciso acreditar em Deus para aceitar a premissa (2). Agnósticos e ateus poderiam aceitá-las com base apenas em um acordo sobre o significado das palavras.

Mas se Deus é o ser mais perfeito concebível, então Ele não pode não existir, pois caso Ele não existisse, seria possível conceber um ser que fosse igualzinho a Ele, com todas as outras perfeições, mas que, além disso, existisse. Como, de acordo com a premissa (2), a existência é uma perfeição, este outro ser seria então mais perfeito do que Deus, o que é contraditório com a premissa (1), que afirma que Deus é o ser mais perfeito concebível. Portanto, a afirmação da não existência de Deus é contraditória com a aceitação de sua definição como o ser mais perfeito concebível. Logo, como todos aceitamos esta definição, somos obrigados a concluir que Deus existe.

O argumento ontológico é, realmente, muito convincente. Mas apesar de sua primeira premissa ser aparentemente inofensiva e aceitável mesmo para agnósticos e ateus, e de definir bem o que normalmente pensamos sobre o Deus monoteísta judaico-muçulmano-cristão, vou tentar mostrar que há sim um bom motivo para rejeitá-la.

Será mesmo concebível o ser mais perfeito concebível? Vou fazer uma pergunta diferente, mas muito parecida. Você acha que o maior número natural é concebível? Quando eu falo no maior número natural você entende minhas palavras. Elas não são completamente assintificativas. Mas conhecemos os números naturais suficientemente bem para saber não apenas que não existe

o maior número natural, sabemos também que um número natural assim definido não é nem concebível! Faz parte da essência de qualquer número natural ser vizinho de um número natural uma unidade maior do que ele. O que seria, afinal, para um número, ser concebível mas não existir? O que é concebível deveria ser logicamente possível, mas eu não acredito que haja matemática modal, embora já tenha ouvido falar dela, entre filósofos, não entre matemáticos. A matemática é necessária. Em matemática não há diferença entre o possível, o necessário e o real. E se só o possível pode ser concebido, então tudo o que é concebível em matemática, além de possível, ocorre, ou seja, é também real e, inclusive, necessário.

Mas voltemos a Deus. Quando eu defino Deus como o ser mais perfeito concebível, você não precisa acreditar na existência de Deus para entender minhas palavras. Elas fazem algum sentido, não são completamente significativas. Então parece bastante razoável admitir que este sentido é garantia suficiente para que tal ser seja concebível. Mas pode ser que esta admissão nos comprometa de um modo mais forte do que gostaríamos! Eu acho que aqui que mora uma petição de princípio escondida. Afinal Deus, assim como as entidades matemáticas, é um ser necessário. Pelo menos de acordo com as duas premissas do argumento ontológico, Ele é. Se Ele é o ser mais perfeito concebível e se a existência é uma perfeição, Ele existe e não poderia não existir. Se Ele existisse, mas pudesse não ter existido, Ele seria menos perfeito, no que concerne a existência, do que o número 7, por exemplo, que existe e não poderia não existir. Mas se Ele é menos perfeito que o número 7 em algum aspecto, Ele não é o ser mais perfeito concebível, afinal eu poderia conceber um ser idêntico a Ele em tudo e que ainda fosse necessário,

que existisse e não pudesse não existir.

Então, aceitar as aparentemente inofensivas premissas do argumento ontológico envolve uma certa petição de princípio simplesmente porque Deus é necessário, e para entidades necessárias a capacidade de ser concebível e a existência (realidade) são a mesma coisa. Esta petição de princípio não é uma falácia lógica formal. O argumento continua logicamente válido, mas ele contém uma falácia argumentativa, porque exigir de um ser necessário a capacidade de ser concebível, que é o que se faz nas premissas, é a mesma coisa que exigir a sua existência, que é a conclusão do argumento. Há, então, uma circularidade viciosa, porque estamos exigindo nas premissas aquilo que se quer demonstrar na conclusão.

Mas neste ponto, um defensor do argumento poderia reagir e me dizer:

“bem, eu não me importo com isso. Se a concepção de Deus como o ser mais perfeito concebível é idêntica à admissão de sua existência e se, além disso, todos nós, crentes e ateus, podemos assim concebê-lo, isto comprova de modo mais forte ainda que Deus existe.”

O defensor do argumento poderia ainda continuar:

“parece que o que você está querendo dizer é que ou aceitamos que Deus existe, com base na concepção Dele como o ser mais perfeito concebível, ou então admitimos que Deus assim definido é inconcebível. Mas se há bons motivos para que “o maior número natural” ou o “maior número ordinal” sejam inconcebíveis, qual é a razão que você me daria para que Deus seja inconcebível? Não há! Ao invés de provar que Deus é inconcebível, o argumento

ontológico continua provando a Sua existência, justamente porque podemos assim concebê-Lo."

De fato, o ônus de argumentar que Deus é inconcebível, é meu. E eu argumentaria assim: Deus, definido como o ser mais perfeito concebível, é tão inconcebível quanto é inconcebível o maior número natural, ou o maior número ordinal, ou mesmo o maior número real menor do que um. Não há motivos para que eu não possa conceber as perfeições, ou pelo menos algumas delas, como ilimitadas (sem máximo). Suponha que tamanho seja uma "perfeição". Então não há um tamanho máximo concebível. A qualquer tamanho concebível, posso conceber, a partir dele, um tamanho maior. Bondade, prudência, poder, tamanho, inteligência, existência... é muito pouco plausível que todas as "perfeições" tenham que ser limitadas. Há "perfeições", inclusive, que seria contraditório considerá-las limitadas. Pense na resposta a esta pergunta:

Seria Deus poderoso o suficiente para criar uma pedra tão pesada que nem Ele mesmo pudesse carregar?

Tanto a resposta afirmativa quanto a negativa mostram que Deus não é o ser mais poderoso concebível. Se Ele não consegue criar a pedra, há algo que Ele não consegue fazer, e portanto é concebível alguém mais poderoso que Ele. E se Ele consegue criar a pedra, há algo que Ele não consegue carregar, e portanto é concebível alguém mais poderoso que Ele.

Portanto, não é concebível que haja "um ser mais perfeito concebível", simplesmente porque podemos conceber perfeições ilimitadas, tanto quanto são ilimitados (não têm máximo) os números naturais ou os ordinais ou até

mesmo os reais menores do que um.

A força do argumento ontológico está em sua aparente cogência, pois a conclusão parece dizer bem mais do que as premissas, mas a circularidade viciosa do argumento ontológico está no fato de que esta cogência é apenas aparente, pois capacidade de ser concebível e realidade (existência) são a mesma coisa para seres necessários.

Eu não tenho certeza se Deus existe ou não. Mas eu tenho certeza que qualquer argumento que alguém alegue provar quer seja a existência, quer seja a não existência de Deus terá alguma premissa controversa, inaceitável, assim como é inaceitável a aparentemente inofensiva definição de Deus como o ser mais perfeito concebível.

13. Quais privilégios alguém merece apenas por ser o dono da bola?

A pergunta do título surgiu de um brilhante aluno, Ricardo Gentil, um dia desses, em uma aula de uma disciplina muito bacana. É um laboratório de ensino de filosofia em que os alunos de licenciatura desenvolvem suas qualidades de professores dando aulas, uns para os outros, sobre temas polêmicos e difíceis, tais como racismo, diversidade de gênero, pluralidade religiosa, trabalho e consumo, meio ambiente, entre outros.

Estes temas suscitam questões muito difíceis, perturbadoras até, sobre as quais todos nós temos algumas preferências, embora na maioria das vezes temos dificuldade em expressá-las ou em entender as nossas próprias razões para elas.

Vou dar alguns exemplos destas questões perturbadoras. Pense sobre elas. Responda-as mentalmente:

1. Pessoas diferentes deveriam ser tratadas diferentemente pela justiça, com relação aos seus direitos e deveres ou direitos e deveres deveriam ser iguais para todos, independentemente das particularidades de cada um?
2. Você acha então que um bebê deveria ter os mesmos deveres que um adulto? É uma pessoa com

necessidades especiais? E um idoso debilitado? E um cego? E uma mulher? E um negro? E um estrangeiro? E um homossexual? Quais destas características justificariam direitos e deveres diferenciados, ou todos deveriam ter os mesmos direitos e deveres?

3. Que tipo de características físicas (ou de outro tipo) pessoais podem motivar diferenças nos direitos e deveres de uma pessoa? E quanto aos próprios direitos e deveres, você acha que alguns seriam extensíveis a todos enquanto outros poderiam ser adequados às diferentes características das pessoas? Se sim, quais?
4. O aborto deveria ser legalizado ou deve continuar ilegal?
5. Você é a favor da pena de morte?
6. Você é a favor da legalização da eutanásia?
7. Você acha correto haver espaço em nossa sociedade para uma religião declaradamente satanista, que prega o ódio ao próximo? Ou tal religião deveria ser proibida?
8. Você acha correto haver espaço em nossa sociedade para um partido nazista, que defenda abertamente a segregação racial e o ódio aos

negros, judeus, latinos e miscigenados? Ou você acha que tal partido deveria ser proibido?

9. Você acha correto usarmos os animais para as nossas necessidades? Criar animais para comer sua carne, retirar seu couro, apossar-se e comer seus ovos, retirar e beber seu leite?
10. Você acha que os animais têm direitos?
11. Você acha que quando alguém sente medo de ser assaltado ou sofrer alguma outra violência quando passa em um beco escuro onde há um grupo de jovens negros reunidos, esta pessoa está sendo racista?
12. Você acha correto que haja cotas para negros nas universidades ou nas empresas?
13. E cotas para pessoas com baixa renda, são corretas?
14. E cotas para mulheres, são corretas?
15. Você acha que um adolescente de 15 anos que cometeu um crime deva ser tratado como um adulto? Deva ser julgado e, se condenado, preso em uma penitenciária de adultos? Qual deveria ser a idade mínima para a responsabilidade (maioridade) penal?

16. Você acha que a maconha deveria ser legalizada?
17. E o crack, a heroína, a cocaína, deveriam ser legalizados?
18. Você acha que as pessoas poderiam comprar e portar armas livremente, ou as armas deveriam se completamente proibidas?
19. Você acha correto um transsexual utilizar um banheiro coletivo do gênero com o qual se identifica? Ou travestis, por exemplo, deveriam ser proibidos de entrar em banheiros de mulheres?
20. Você acha que há apenas homens e mulheres ou há mais gêneros do que esses? Quais?
21. Você acha que o casamento entre pessoas do mesmo sexo deveria ser permitido ou proibido?
22. Você acha correto que casais de pessoas do mesmo sexo adotem crianças e ambos sejam os “pais” ou “mães” legais das crianças adotadas?
23. O que você acha do fato de alguns juizes, por exemplo, ganharem oficialmente e legalmente mais de duzentos mil reais por mês enquanto o salário mínimo é menos de mil reais?

24. Você acha que uma lei que acabasse com as heranças seria justa? Uma pessoa poderia acumular tudo o que conseguisse, mas não decidiria para quem seus bens iriam após sua morte. Os bens iriam para o estado, ou seriam sorteados, ou haveria algum concurso para decidir com quem ficam... Você acha que esta lei seria benéfica ou maléfica para a sociedade?
25. Você acha correto “baixar” músicas, filmes e livros piratas na internet?
26. Você acha sempre errado, sempre correto, ou depende do caso? Se você acha que depende, depende de que?
27. Com relação à pergunta anterior, você sempre age de acordo com o que acha correto ou às vezes permite-se agir contrariamente ao que acha correto?
28. Você fura fila? O que você acha sobre furar fila, é sempre errado ou às vezes pode ser correto?
29. O que você acha do nudismo? Você acha correto ser proibido às mulheres andarem na rua, ou mesmo nas praias, com os seios de fora?
30. Você acha que com relação ao sexo tudo deveria ser permitido ou há espaço para tabus e proibições?

31. Você acha correto sexo entre irmãos? E quanto à pedofilia?
32. Você acha correto que as universidades federais sejam gratuitas?
33. Você acha correto, por exemplo, que os altos custos dos cursos de medicina sejam pagos por toda a sociedade, quando é fato que os alunos destes cursos são, quase sempre, de famílias que teriam recursos para custear seus estudos? Você acha que seria mais justo dar bolsa aos carentes e cobrar dos que têm condições, ou acha que o atual sistema de gratuidade é mais justo?
34. Suponha que um grupo de crianças estejam jogando futebol, mas há três times. A cada 15 minutos dois times jogam e um espera. O time que ganha continua jogando, o que perde sai e espera o próximo jogo. Uma destas crianças é a dona da bola. Você acha correto que ela tenha o privilégio de sempre jogar? Ou seja, se o time perder todos saem, menos ela. Ela fica no lugar de alguma outra do time que estava esperando. Você acha correto o dono da bola ter este privilégio?
35. Você acha correto o dono da bola ter algum privilégio? Se você acha que não, então suponha que a criança dona da bola fez a bola com suas próprias mãos. Ela passou semanas trabalhando

várias horas por dia para fazer a bola e brincar. Nenhuma das outras ajudou, não há outras bolas para substituir esta. Mesmo neste caso seria errado o dono da bola ter algum privilégio? Quais privilégios seriam justos, neste caso, e quais seriam injustos?

36. Quais privilégios alguém merece apenas por ser o “dono da bola”?
37. Se democracia é o governo da maioria, e em um país extremamente desigual no que concerne à renda a grande maioria é muito pobre, enquanto uns poucos são muito ricos, o desejo da maioria é, certamente, que os pobres sejam menos pobres e os ricos menos ricos. Seria democrático, então, aceitar o desejo da maioria e confiscar uma parte da riqueza dos ricos e redistribuí-la entre os pobres? Independentemente de ser democrático ou não, seria correto?
38. E quanto às outras minorias. Se a maioria acha que a homossexualidade é errada e decide proibi-la, seria aceitável que todos se subjugassem a esta vontade da maioria? Seria aceitável criminalizar democraticamente a homossexualidade?
39. Qual a relação entre justiça e democracia? Quais as diferenças e semelhanças entre o respeito à minoria dos milionários em uma sociedade profundamente

desigual e o respeito à minoria dos homossexuais em uma sociedade profundamente conservadora?

40. Qual o papel da justiça, das leis, em uma sociedade democrática? Qual deveria ser a força e o limite da vontade da maioria em um "estado democrático de direito" (para usar uma expressão muito na moda)?

Questões deste tipo, ao meu ver, são as mais imprescindíveis de serem abordadas em uma disciplina de filosofia no ensino médio, porque elas estão no cerne das preocupações filosóficas e dos assuntos para os quais a filosofia, mais do que qualquer outra área, pode nos ajudar nas respostas e porque elas configuram-se nas principais questões para as quais nossas respostas individuais definem de modo bastante característico nossa personalidade, caráter e o tipo de pessoa que somos. Do mesmo modo, nossas respostas coletivas a estas questões moldam e estruturam a sociedade em que vivemos. Eu sou quem eu sou e você é quem você é muito mais em virtude das respostas que damos a perguntas como estas do que em virtude de nossas idades, pesos, alturas, nacionalidades, profissões,... E nossa sociedade é o que é em virtude exclusivamente do modo como coletivamente e institucionalmente responde a perguntas deste tipo. O Brasil é o país que é, fundamentalmente, em virtude do modo como institucionalmente responde a estas perguntas.

Respostas a este tipo de perguntas são encontradas nas religiões, nas tradições e costumes, em certos sentimentos muito básicos e fortes que temos, nos preceitos de nossa constituição federal, nas declarações internacionais de

direitos,... em muitos e diversos lugares.

Mas em nenhuma destas fontes encontramos tentativas de justificar as respostas por elas oferecidas. As religiões que aceitam o Velho Testamento como livro sagrado, tais como a judaica e a cristã, por exemplo, defendem que devemos “amar a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a nós mesmos”. Então nosso amor a Deus tem que estar acima de nosso amor próprio e ao próximo, ao ponto de que um certo personagem bíblico passou na prova a que foi submetido por Deus quando optou por obedecer a ordem divina de matar seu próprio filho. Deus, percebendo que ele iria mesmo matar a criança, acabou por impedir o assassinato. Mas isso não importa, já que Abraão só passou no teste porque colocou seu amor (ou seria temor) e obediência a Deus acima de seu amor ao próximo, acima de seu amor por seu próprio filho.

Se há uma passagem que exemplifica de modo cristalino o principal motivo pelo qual eu não sigo nenhuma destas religiões é esta. Eu não acredito que possa haver amor a Deus dissociado de amor ao próximo. Mas isso é assunto para outro texto. Minha questão aqui é ilustrar que se podemos encontrar na religião respostas a algumas de nossas perguntas, por outro lado não encontraremos ali nenhuma tentativa de justificar estas respostas. Por que devemos amar a Deus sobre todas as coisas? Por que Deus, na escala de nossos amores, deve ser mais importante do que o próximo ou nós mesmos? Até onde sei, não há qualquer tentativa de as religiões responderem a esta pergunta. Esta não é uma pergunta religiosa. Mas é uma pergunta importante, porque como eu não concordo que devemos amar a Deus sobre todas as coisas, e como não há

qualquer justificativa para este mandamento, a não ser o fato de ter sido ditado por Deus, isso torna o assunto uma questão de pegar ou largar. Bem, eu largo.

Em filosofia é diferente. O filósofo Immanuel Kant, por exemplo, afirma que as boas ações são exatamente aquelas que seguem a princípios que todos desejariam que fossem universalizados. Ou seja, as boas ações são aquelas que seguem a princípios que todos desejariam que todos, em todas as situações, agissem de acordo com eles. Mas Kant não apenas afirma o que são boas ações, ele procura justificar sua definição. Melhor que isso, a proposta de Kant é racional e elaborada o suficiente ao ponto de podermos nós mesmos pensar sobre o assunto e procurar motivos para aceitá-la ou não. A própria racionalidade da proposta nos dá esta possibilidade. Vou exemplificar isso. Quando eu penso em razões para aceitar este princípio kantiano da boa ação (conhecido como “imperativo categórico”) duas palavras que valorizo vêm à minha mente: empatia e altruísmo. Que tipo de característica deveria ter um princípio de ação, uma regra moral, para que sua universalização pudesse ser desejada por todos? Eu acho que este princípio deveria ser tal que todas as ações praticadas segundo ele fossem ações motivadas por empatia e, principalmente, por altruísmo. Ações são motivadas por empatia quando eu as tomo porque consigo me ver na posição do outro, e nesta posição do outro, eu desejaria, gostaria, que esta mesma ação fosse tomada comigo. Ações empáticas são, portanto, aquelas motivadas pela “regra de ouro”. Por outro lado, uma ação é motivada por altruísmo quando se percebe que ela, além de não fazer mal ao agente, faz bem a quem recebe a ação, o paciente, não por qualquer característica específica dele. Ela faria bem a qualquer um que estivesse no lugar deste outro

e, em tese, qualquer um poderia ocupar o lugar deste outro. O fato de o imperativo categórico kantiano funcionar como uma regra formal que autoriza ações empáticas e altruístas constitui-se na minha razão (pessoal, porém racional) para gostar do imperativo categórico kantiano.

Vejam os um exemplo. Ceder lugar no ônibus a uma mulher grávida ou a um idoso é uma ação empática. No lugar deles, eu também gostaria que me cedesse lugar. Mas há outras ações bem estranhas que podem ser consideradas empáticas. Nos Estados Unidos, até não muito tempo atrás, havia uma lei que exigia que qualquer negro, ainda que fosse um idoso ou uma mulher grávida, cedesse seu lugar a um branco em um ônibus coletivo, se o negro estivesse sentado e o branco de pé, e não houvesse mais lugar vago no ônibus. Demandar que um negro ceda lugar no ônibus a um branco também pode ser interpretado como uma ação empática: o agente, o negro, ao se colocar no lugar do outro, o branco, pode entender que gostaria que um negro lhe cedesse o seu lugar. Principalmente se o agente alimentasse, como era o comum nos Estados Unidos do século XX tanto entre brancos quanto entre negros, o sentimento de que os brancos são superiores e os negros inferiores.

Isto ilustra que apenas a empatia, a regra de ouro, não parece suficiente para a boa ação, já que ela pode, como vimos, motivar ações racistas. É preciso mais, por isso o altruísmo. Ceder lugar no ônibus a um idoso e a uma gestante, além de empáticas, são também ações altruístas, ao passo que um negro ceder lugar no ônibus a um branco não é uma ação altruísta. Por que?

Ceder lugar ao idoso ou a gestante são ações altruístas porque consigo ver que é uma ação que beneficia

a todos e não apenas a certos tipos de pessoas. Mesmo que o paciente da ação seja específico, a gestante ou o idoso, o benefício da ação dirige-se a todos, a qualquer um, simplesmente ao próximo. Todos nascemos, de mulheres que engravidaram e todos, mães e fetos, se beneficiam da gentileza das grávidas terem lugar cedido nos ônibus. O lugar daquele que recebe a ação é um lugar que potencialmente pode ser ocupado por todos. Do mesmo modo, todos podemos, em tese, envelhecer e portanto poderemos nos beneficiar em algum momento da gentileza de ceder lugar aos idosos. Ao contrário disso, a divisão entre brancos e negros é diferente. Um branco nunca será um negro e vice-versa. A ação de ceder lugar a um branco no ônibus não traz um benefício que seja extensível a todos, mas apenas aos brancos. Não consigo imaginar uma situação em que um negro, sendo negro, se beneficiaria destas ações. A ação não é altruísta porque ela não visa o bem estar do outro em geral, mas apenas de um tipo específico de “outro”, o branco.

Vamos agora aplicar literalmente a definição de boa ação de Kant a estes casos. Dar prioridade (em coletivos) a brancos sobre negros não é um princípio cuja universalização seria desejável por todos. Os negros, por exemplo, não teriam qualquer razão para desejar a universalização deste princípio. Diferentemente, a universalização do princípio de dar prioridade (em coletivos) a idosos ou gestantes sobre jovens pode, sim, ser desejada por todos, jovens, grávidas e velhos. Os jovens conseguem perceber motivos imediatos para oferecer seus lugares aos velhos ou mulheres grávidas, que de pé sofrem com o transporte muito mais intensamente do que os jovens sofreriam se estivessem eles próprios de pé. Além disso, os jovens conseguem antever situações nas quais

eles próprios poderiam ser os velhos, ou as grávidas, ou os fetos nas barrigas das grávidas, que se beneficiariam do princípio. Há aqui uma clara “lógica” de universalização, do bem de todos, ao passo que a prioridade para brancos em relação a negros tem uma “lógica” oposta de separação e sectarismo, do bem de apenas alguns.

A título de comentário, é no mínimo intrigante que o próprio Immanuel Kant tenha defendido posições racistas, como se pode notar em suas “Observações sobre O Sentimento da Beleza e do Sublime”, e em muitas outras passagens de sua obra. Houvesse ele filosofado um pouco mais profundamente com a ajuda de seu próprio princípio da boa ação e ele não teria defendido tristes ideias racistas.

Mas comentários a parte, isto exemplifica que a Filosofia não busca apenas respostas a estas perguntas. O que ela busca, de modo mais fundamental ainda, são justificativas racionais para estas respostas. O imperativo categórico kantiano é um preceito da ação moral acessível à minha razão. Eu consigo, se refletir, entender como e por que ele pode ser um princípio aceitável para a ação moral. Já o dogma de amar a Deus sobre todas as coisas não parece ser. Afinal, que tipo de reflexão racional poderia justificar o preceito de que nosso amor a Deus deve ser maior que nosso amor ao próximo ou a nós mesmos? Qualquer justificativa deste tipo exigiria, me parece, alguma crença dogmática.

As outras fontes de respostas para nossa lista de questões (as tradições e costumes, sentimentos ou emoções muito básicos, as próprias leis...) de modo ainda mais evidente não justificam as respostas que dão. As leis são leis. No máximo temos leis mais gerais justificando leis mais

específicas, mas não há qualquer justificativa legal para as leis básicas. E os costumes também são só costumes. Podemos até explicar a origem de alguns deles, relacionando-os com certos eventos específicos, mas justificar deve ser mais do que apresentar a origem. Dizem que a origem do costume do abraço, por exemplo, é uma revista bélica. Na origem do costume duas pessoas se abraçavam para cada uma verificar, pelo tato, se outra estava ou não portando alguma arma. Quando nenhuma estava armada, aumentava a confiança mútua e, então, o abraço ganhou seu status de afago, de expressão de afeto. Mas ainda que esta seja mesmo a origem do costume (eu apenas ouvi dizer), ela não explica por que, hoje, por exemplo, às vezes sentimos vontade de abraçar alguém, ou por que, em determinadas situações, abraçar alguém pode ser considerado errado, ou inapropriado, e qual a fonte deste fato. Também os sentimentos como fonte de resposta às nossas perguntas não parecem oferecer justificativas para as respostas que dão. Nos Estados Unidos de meados do século XX, além de leis racistas havia sentimentos racistas. Alguém naquele contexto poderia responder às questões 1 e 2 acima afirmando que a cor da pele é sim razão aceitável para diferenciar os direitos e deveres das pessoas, porque podemos sentir isso. Brancos sentiam-se superiores e negros sentiam-se inferiores. Mas, claramente, apelar a estes sentimentos encerra a questão sem qualquer justificativa. Todas as crianças pequenas, por exemplo, sentem que são o centro do mundo. Este sentimento, no entanto, não lhes dá mais direitos do que têm as crianças mais velhas ou os adultos. As crianças pequenas até têm menos deveres do que adultos ou crianças mais velhas, mas não porque se sentem o centro do mundo. Elas têm menos deveres apenas porque têm menos capacidades.

Mas e o “dono da bola” do título deste texto? Quais privilégios alguém merece apenas por ser o dono da bola? Esta foi a pergunta de Ricardo que suscitou estas reflexões. Trata-se de uma analogia genial para pensarmos em uma expressão que vem sendo usada e abusada nestes tempos de exceção e de forte ingerência do poder judiciário nos demais poderes. A expressão é “estado democrático de direito”, que em linhas gerais “designa qualquer estado que se aplica a garantir o respeito das liberdades civis, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais, através do estabelecimento de uma proteção jurídica”. Tal expressão costuma ser invocada para indicar que os próprios governantes estão igualmente sujeito às leis.

Para além de seu uso comum, a expressão indica que há uma tensão entre o que o estado (o governo) pode querer fazer e os direitos dos cidadãos. Os direitos dos cidadãos são respeitados em um estado democrático de direito. Isto em geral é muito benéfico, mas será que sempre é benéfico? Qual é o limite dos direitos que devem ser protegidos daqueles que estão sujeitos à vontade do governo?

Vamos brincar um pouco com as palavras. Se estamos em um regime democrático real, o governo é do povo, da maioria, e portanto a vontade do governo, do estado, é a vontade democrática da maioria. A maioria de nós é excluída (não tem bola). Apenas uma minoria tem bola (é privilegiada). O estado democrático de direito, neste caso, vai servir como uma proteção jurídica que evita que a vontade desta maioria excluída (que não tem bola) viole direitos e garantias fundamentais da minoria privilegiada (que tem bola). Há aqui uma tensão entre a vontade

democrática da maioria e os direitos individuais de uma minoria.

A questão fundamental do título pode ser rephraseada para este contexto da seguinte maneira: quais são os direitos individuais que deveriam ser protegidos da vontade democrática da maioria e quais são os direitos que não merecem tal proteção? Em uma sociedade profundamente desigual onde a grande maioria é muito excluída, invocar o estado democrático de direito para proteger o direito à propriedade privada, por exemplo, de uma pequena minoria privilegiada, não seria injusto, indesejável e anti-democrático? Qual é, afinal de contas, a fonte de nossos direitos?

Depois de tudo isso, te deixo com a pergunta de Ricardo:

Quais privilégios alguém merece apenas por ser o "dono da bola"?

Se eu fosse você, procuraria usar o imperativo categórico kantiano na tentativa de respondê-la. Talvez ajude. Talvez não.

<sumário>

14. Que lições levar de 2016?

2016 definitivamente não deixará boas lembranças. Em 5 minutos fiz esta diminuta lista de enormes tragédias:

- *Arbitrariedades da justiça brasileira são pacatamente acatadas e até elogiadas por parte da população.*
- *Golpe de estado disfarçado de Impeachment. Sai uma presidente eleita, com a única alegação de ter cometido o mesmo "desvio fiscal" que seus dois antecessores cometeram e entra um vice-presidente, fanteche, acusado de "corrupção"!*
- *Medida provisória truculenta que simplesmente destrói todo o investimento dos últimos anos na formação de professores em cursos de licenciatura.*
- *Fim da Filosofia e das Artes no ensino médio.*
- *Emenda Constitucional que levará a educação e a saúde públicas no Brasil ao caos (maior ainda) e por pelo menos 20 anos.*
- *Depois de décadas de árduo trabalho diplomático e muitos avanços significativos, a população da Grã-Bretanha escolhe a saída do país da União Europeia.*
- *Um milionário arrogante, xenófobo, machista, escroto e truculento, que afirmou que quer construir um muro entre os EUA e o México e que quer proibir a entrada de*

muçulmanos naquele país é eleito presidente dos EUA.

Nunca fui pessimista, mas estou triste, muito triste. O que pensar de tudo isso? Como explicar o caminho que o mundo está tomando? Minha primeira e mais espontânea explicação para este 2016 é: falta de educação.

Vai ser difícil reverter esta situação. As próprias tragédias de 2016 apontam para a manutenção e o agravamento da falta de educação por aqui. Pelo menos nossos estudantes estão relativamente mobilizados. As ocupações nas escolas, inclusive aqui na UFRN (imagem abaixo) têm meu total apoio e são o que de melhor levaremos de 2016.



«sumário»

15. Qual a diferença entre ser e significar?

Apesar da aparente simplicidade esta é, para mim, a principal pergunta de toda a filosofia. Ela vai direto ao ponto que pode distinguir a filosofia de outras atividades ligadas ao conhecimento. É pensar sobre ela também nos ajuda entender por que esta inútil atividade, a filosofia, que quase nunca nos leva a conclusões definitivas, tem persistido entre nós por mais de dois milênios e meio. Vejamos como.

Esta pergunta parece ter uma resposta trivial. Considere uma pedra, por exemplo. Parece que uma pedra é o que é, independentemente de qualquer significado que ela tenha para mim ou para qualquer um. Parece que uma coisa é o que é ainda que, em determinados casos, ela venha a ter algum significado especial, como o diamante de uma aliança de casamento que é uma pedra, mas significa solidez e pureza, ou a própria aliança, que é um anel, mas significa uma união matrimonial, ou a letra 'A', que é a forma de certas figuras planas, mas significa um som, um fonema. Mas as coisas quase nunca são tão simples quanto parecem à primeira vista.

Pense em um par de óculos. O que um par de óculos é? Imagine que um cachorro e uma pessoa tenham cada um 5 minutos para examinar os óculos. O cachorro vai cheirar os óculos e conhecer seu odor, vai lambê-los, e os conhecerá também pelo paladar, mexerá com eles e escutará os ruídos

que eles fazem ao serem arrastados, ao caírem. Se você colocar os óculos na frente dos olhos do cachorro, ele observará através das lentes e sentirá as alterações que elas provocam em sua visão. Um cachorro tem condições de obter muito mais informações sensoriais sobre a realidade material dos óculos do que uma pessoa. Nosso olfato é pior que o deles, nossa audição é pior que a deles, nós provavelmente não lambeíamos os óculos. Então se não fossem óculos, mas uma pedra o objeto de análise, acho que estaríamos mais inclinados a dizer que o cachorro, após examiná-la, saberia melhor do que a pessoa o que é a pedra. Afinal, se uma pedra é o que é, independentemente de seus significados, suas características materiais esgotam as informações sobre o que ela é, e os órgãos sensoriais mais apurados do cachorro o colocam em vantagem com relação à pessoa. Se a pessoa que analisou a pedra não for um geólogo e nem utilizar instrumentos especiais, o cachorro certamente saberá melhor do que ela o que a pedra é.

Mas e quanto aos óculos? Será que a análise sensorial mais apurada do cachorro lhe dará mais conhecimentos sobre o que os óculos são do que os que nós temos? Há algo fundamental que eu e você sabemos sobre os óculos, que o cachorro jamais saberá. Um cachorro jamais saberá que um par de óculos é um par de óculos, por mais estranho que isto pareça. Um cachorro jamais saberá que os óculos servem para a gente enxergar melhor, para corrigir desvios na visão; que precisam ser feitos sob medida para cada pessoa, de acordo com instruções precisas. E aqui já podemos entender melhor a complicação de nossa pergunta inicial. Estas características dos óculos que o cachorro não consegue perceber, sua função, seu uso, fazem parte daquilo que os óculos são ou do que eles significam?

A resposta a esta pergunta não é nada trivial. Se insistirmos em nossa primeira impressão sobre o assunto, a de que ser e significar são coisas totalmente distintas, nossa resposta deveria ser que as características instrumentais, funcionais dos óculos, fazem parte de seu significado, e não do que ele é. Afinal elas não estão nele, mas são atribuídas a ele por nós. O que os óculos são deveria depender apenas de suas características objetivas, daquelas que eles têm enquanto objetos, e não de quais expectativas e usos eu ou qualquer outra pessoa (outro sujeito) temos em relação a eles. Poderíamos então dizer que o ser é dado objetivamente, por aquilo que o cachorro percebe melhor do que nós, e o significado é dado subjetivamente, por aquilo que nós percebemos melhor do que o cachorro e que depende das expectativas e usos que nós sujeitos damos para o objeto, mas que não estão de fato nele.

Este é um modo interessante de dividir as coisas, mas novamente, talvez seja simples demais. Afinal de contas, os óculos nem viriam a existir se eles não fossem instrumentos oftalmológicos. Não os produziríamos se eles não cumprissem a função que cumprem. O que seria um par de óculos se eles não fossem um instrumento oftalmológico? Parece, então, que a própria realidade dos óculos, seu ser, aquilo que eles são depende das expectativas subjetivas que temos deles, de suas funções. Um indício deste fato é que diante de óculos falsos, cênicos, que não são instrumentos oftalmológicos, mas apenas adereço para caracterização de um personagem, não dizemos que é um par de óculos real. Não são óculos reais, não são óculos, mas um adereço cênico em forma de óculos. Então parece que o significado subjetivo dos óculos, sua função de instrumentos oftalmológicos, faz parte daquilo que eles são, de seu próprio ser, tornando a diferença entre

ser e significar bem menos evidente.

Mas você pode ainda não estar totalmente convencido. Além disso, sempre que questionamentos filosóficos colocam em dúvida coisas que você sempre achou saber, é saudável fazer a seguinte pergunta: que diferença isso faz? Em outras palavras, que diferença faz considerar que ser e significar são coisas totalmente distintas ou, ao contrário, que a separação entre o que uma coisa é e o que ela significa não é assim tão evidente? Nossas reflexões parecem estar nos encaminhando para esta segunda alternativa, mas que diferença isso faz? Não será apenas uma questão de vocabulário, de uso das palavras que não faz diferença nenhuma? Bem, algumas vezes pode ser mesmo assim, mas neste caso eu acho que não. E entender até que ponto ser e significar são coisas totalmente distintas ou totalmente misturadas, ou algo entre um extremo ou outro nos ajudará a entender a própria atividade filosófica e sua distinção com relação à ciência, por exemplo.

Vamos refletir um pouco mais sobre esta mistura, esta ambiguidade entre os conceitos de ser e significar. Afirmei em outro texto que a pergunta sobre se Bento teve ou não uma vida feliz ([link aqui](#)) era a mais difícil sobre a qual eu já havia pensado. E não mudei de ideia. Continuo achando isso, porque decidir sobre a felicidade de Bento envolve uma mistura entre razão, emoção e costumes que torna a tarefa diabolicamente difícil, por mais que tenhamos uma inclinação intuitiva para alguma resposta. A dificuldade não está em decretar se Bento foi feliz ou não, mas em justificar nossa decisão sobre a felicidade dele. Se você não leu ou não se lembra direito da questão, volte ao texto sobre a felicidade ([link aqui](#)) e releia-o antes de continuar, caso contrário o

próximo parágrafo será um spoiler e você não acompanhará muito bem meu raciocínio.

A pergunta sobre a felicidade de Bento exemplifica um aspecto da questão que aqui abordamos, sobre a diferença ou as relações entre ser e significar. Veja, se Maria, por exemplo, acha que Bento teve uma vida feliz e João acha que ele não teve, qual a divergência entre João e Maria? Os fatos sobre a vida e a personalidade de Bento que eles e nós conhecemos são exatamente os mesmos. Se diante exatamente dos mesmos fatos eles continuam divergindo, então a divergência deles é sobre o que a felicidade significa. Para Maria, que julga que Bento teve uma vida feliz, o significado da felicidade não deve estar muito longe da sensação de felicidade. Tendo Bento passado muitos mais momentos de sua vida sentindo-se feliz do que infeliz, Maria julga que ele teve uma vida feliz. Se João, mesmo ciente disso, continua defendendo que Bento teve uma vida infeliz, então ele não pode igualar a felicidade com a sensação de felicidade. A verdadeira felicidade para João deve estar relacionada com a situação real que provoca a sensação de felicidade. Mas as situações que provocaram a sensação de felicidade em Bento não eram totalmente reais ou verdadeiras. Eram falsas. Ele não era amado pela esposa nem estimado pelo amigo, apenas pensava que era. Ele foi enganado a vida inteira. Assim, como as situações que provocaram a sensação de felicidade em Bento não ocorreram de verdade, ele não pode ter sido feliz de verdade, de acordo com o modo como João entende o significado de felicidade. Então vejam, uma decisão sobre o que significa ser feliz, sobre o que a felicidade significa, altera completamente o fato de se Bento foi ou não feliz. E isto é um claro exemplo de como os significados misturam-se com os

fatos, com o que é, com o ser.

É claro que a felicidade é um caso especial, porque sendo algo imaterial, um tipo de classificação que fazemos sobre as pessoas ou as situações, poderíamos defender que a felicidade só tem significado, e não existência ou realidade. Neste caso, a felicidade ou infelicidade de Bento não seria um fato real do mundo, mas apenas um juízo, uma impressão que sempre poderá variar de pessoa para pessoa. Pode até ser, mas então todos que pensam assim sobre a felicidade deverão pensar da mesma forma sobre a justiça por exemplo. Afinal, tanto quanto a felicidade, a justiça é também algo imaterial, um tipo de classificação que fazemos sobre as pessoas ou as situações. Então ela também não seria real, mas apenas teria significado que poderia variar de pessoa para pessoa. Mas será que faz sentido a justiça ser só isso? Se ela for mesmo só significado passível de variação, você não acha que seria um abuso um juiz condenar alguém a 30 anos de prisão? Se justiça for só isso, como é que deveríamos entender o direito e o conceito de crime? Analogamente à felicidade, não me parece que um crime seria um fato real do mundo, mas apenas uma impressão que sempre poderia variar de pessoa para pessoa. Neste caso, não haveria qualquer objetividade em nossos julgamentos sobre se algo é justo ou injusto. A justiça institucionalizada (o direito) seria, então, apenas uma questão de imposição dos significados que o estado e os poderosos escolhem! Hum... Talvez seja assim mesmo!

Ou então, talvez haja um modo de resolvermos estas divergências. Talvez, mesmo para coisas imateriais que são apenas um tipo de classificação, haja algum padrão fixo para seus significados. A questão que esta hipótese levanta é:

por que haveria tal padrão? Se estas coisas imateriais que são apenas um tipo de classificação, como a felicidade e a justiça, não têm ser, mas apenas significado, eu não vejo nenhum motivo para haver tal padrão fixo. Acho que só haveria tal padrão se estas coisas, além de significado, tivessem também ser, realidade. Neste caso o significado fixo da felicidade, por exemplo, seria consequência daquilo que a felicidade é, de seu ser. Mas aí teríamos um novo problema: onde está o ser, a realidade da felicidade? Que tipo de pesquisa ou análise deveríamos fazer para encontrarmos o que é a felicidade ou a justiça e, então, sermos capazes de daí extrairmos o padrão que fixaria seus significados?

Estas são questões centrais da filosofia e, desde os gregos, os filósofos divergem em suas respostas a elas. A teoria das formas de Platão (seu mundo das ideias) talvez seja a resposta mais famosa. E alguns filósofos contemporâneos continuam concordando com seus principais aspectos. Eles acreditam que há um “lugar abstrato” especial que nossa razão especulativa pode alcançar e encontrar ali de um modo inequívoco as características fundamentais da realidade e o verdadeiro significado das palavras. Outros filósofos, no entanto, com os quais eu tendo a concordar, talvez por terem percebido nos inúmeros debates da história da filosofia a contínua discordância que impera sobre quais seriam os significados destas palavras que falam de coisas imateriais e são apenas um tipo de classificação, como a felicidade e a justiça, negam que estas coisas tenham alguma realidade e defendem que estas palavras têm apenas significados. E mais ainda, eles afirmam que a fonte para os significados destas palavras e de todas as outras é exclusivamente o uso que fazemos delas. Não haveria, para eles, um tribunal superior que apontaria o que a felicidade é

e julgaria qual o seu significado correto. O único modo de estudarmos e entendermos as divergências sobre os significados seria estudar o modo como usamos as palavras e quais as consequências destes usos. O filósofo mais conhecido defensor desta abordagem foi Ludwig Wittgenstein.

Seja qual for o método que escolhermos para pesquisar o significado das palavras, o de Platão ou o de Wittgenstein, a tarefa de distinguir significado de ser parece fadada ao fracasso. O exemplo mais marcante da mistura entre ser e significar que conheço é o valor do dinheiro. Onde está o valor de uma nota de cem reais? Não está em suas características objetivas empiricamente percebidas. Por mais informações sensoriais que um cachorro consiga extrair da nota ele não encontrará ali o seu valor. Os artistas e técnicos da casa da moeda decidem o aspecto da nota e a diferenciam das de outros valores, mas este aspecto e diferenciação não lhes atribui qualquer valor. O valor do dinheiro está exclusivamente em nós, que o usamos, está nas expectativas subjetivas que temos em relação a ele. Se não depositássemos expectativas subjetivas nestes pedacinhos de papel que chamamos de dinheiro quem trocaria um computador, uma barra de ouro ou um prato de comida por eles? Então o valor do dinheiro reside inteiramente em sua função, nas nossas expectativas, em seu significado. No entanto, apesar de residir exclusivamente em seu significado, o valor do dinheiro não é ilusório. É real. Existe. Temos mais razão até para acreditar na existência real do valor do dinheiro, do que na existência da justiça ou da felicidade. Ele é tão real que uma metáfora comum de alguém que ficou louco e perdeu o senso da realidade é “queimar dinheiro”. Se queimar dinheiro é símbolo para loucura e desconexão com a

realidade, quando uma nota de cem reais arde há algo mais que papel sendo queimado. Há o seu valor que, portanto, existe. Então apesar de emanar exclusivamente do significado, o valor do dinheiro tem também existência, realidade, ser.

Mas se o ser, a realidade do dinheiro e o seu significado são tão misturados assim, como devemos tratar os fatos sobre o dinheiro, os fatos econômicos? Como eles deveriam ser estudados? Como decidimos o que é real, o que ocorre, o que é verdadeiro quando se trata de economia? Uma ciência natural e objetiva não basta, pois ela não nos daria aquilo que é mais fundamental no valor do dinheiro, seu significado, baseado em nossas expectativas subjetivas. E ainda que queiramos objetivar ou naturalizar estas nossas expectativas subjetivas que constituem o valor do dinheiro e definem seu significado, delegando-as a alguma ciência humana, me parece que sempre estará disponível a nós o exercício de uma certa liberdade arbitrária incompatível com as regularidades que qualquer tratamento científico exige. O domínio dos significados não parece ter esta regularidade exigida pela ciência. Ele, diferentemente do que é natural, é suscetível aos nossos caprichos. Para entendermos os fatos econômicos, que incluem de modo fundamental o valor do dinheiro, precisamos, então, também da filosofia. Seja em sua versão platônica, seja em sua versão wittgensteiniana. A economia depende da filosofia na mesma medida que a realidade do mundo econômico depende de seu significado. Aquilo que sabemos sobre o valor do dinheiro depende daquilo que filosoficamente escolhemos para (ou descobrimos sobre) seu significado.

O valor do dinheiro é um caso radical, mas o mesmo fenômeno ocorre com todas as coisas, por mais científicas que elas pareçam ser. O que os átomos, os óculos e até as pedras são sempre está misturado em algum grau com o que eles significam e, portanto, seu entendimento nunca estará livre da filosofia. Seja decidindo o que queremos significar com as palavras, seja atingindo regiões abstratas exclusivas à razão especulativa, do que quer que falemos, sobre o que quer que pensemos, a filosofia estará lá, inevitável, conscientemente ou não, abrindo possibilidades e alternativas para entendermos, conhecermos e atuarmos no mundo.

Como eu não acredito no mundo platônico das ideias, eu acho que o que nos resta é estudarmos e entendermos o uso que damos às palavras. Só assim saberemos o significado de justiça, de felicidade, e mesmo o valor do dinheiro, o que é um par de óculos ou todas as possibilidades das pedras. Mas quando algumas pessoas renunciam a esta capacidade de escolher e decidir conjuntamente os significados das palavras, elas estão simplesmente delegando a outros a força e poder que têm para atuar e modificar o mundo. Em geral as pessoas delegam esta tarefa às tradições, sejam elas culturais, religiosas ou mesmo científicas. Mas não precisa ser assim. Nossa capacidade para atuar e mudar o mundo é muito maior do que a primeira vista parece. A única exigência é que façamos isso juntos. O que só eu e mais ninguém acredito é provavelmente loucura, mas o que todos nós acreditamos é muito provavelmente real.

<sumário>